

Comissão amplia opções de receitas para municípios

Márcia Kalume



SABATINA. Paulo Octávio (ao microfone, ladeado pelos dois economistas indicados) preside a reunião

Indicações para Banco Central vão ao Plenário

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou ontem à noite dois novos diretores do Banco Central – Afonso Sant’Anna Bevilacqua (Política Econômica) e Eduardo Henrique de Mello Motta

Loyo (Estudos Especiais). Em duas horas de sabatina, ambos defenderam a necessidade de controlar a inflação por meio de juros elevados, para só depois promover o crescimento econômico. Loyo chegou a afirmar que “não há espa-

ço para arroubos de originalidade em política monetária”. Afonso Bevilacqua admitiu que os indicadores mostram queda efetiva da inflação.

As indicações para o BC devem ser decididas agora pelo Plenário do Senado.



Célio Azevedo

IMPACTO. Com mudança, Jucá prevê equilíbrio das contas dos municípios

■ Intenção é tornar o ISS instrumento para equilíbrio das contas municipais, afirma relator

Os municípios brasileiros poderão tributar 251 diferentes tipos de serviços, e não apenas 102, como atualmente. A atualização da lei do Imposto sobre Serviços (ISS), aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), segue para o Plenário do Senado, em regime de urgência. De autoria de Fernando Henrique Cardoso quando senador, a proposta já foi aprovada pela Câmara. O relator na CAE, Romero Jucá, prevê impacto positivo nas finanças municipais.

Página 6

Refinaria terá decisão política, diz Rousseff

Os investimentos na nova refinaria de petróleo no país, estimados em US\$ 2,8 bilhões, terão que obedecer a critérios técnicos e econômicos, mas a decisão sobre o local faz parte de projeto de desenvolvimento regional do governo. A observação foi feita pela

ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos. “Haverá necessariamente uma decisão política do governo quanto à localização, escorada também em critérios técnicos”, acrescentou.

Página 7

Célio Azevedo



PREDOMÍNIO. Amaral (com Osmar Dias e Hélio Costa) afirma que Estado responde por 80% dos investimentos em ciência e tecnologia

Ministro cobra investimento em tecnologia

As empresas brasileiras investem pouco em desenvolvimento tecnológico. A constatação foi feita pelo ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, em audiência pública ontem na Comissão de Educação.

Página 8

Maciel lamenta morte de abade de Olinda

O senador Marco Maciel (PFL-PE) pediu ontem voto de pesar pelo falecimento do monge beneditino dom Basílio Penido, segundo o parlamentar "um dos mais importantes religiosos do século passado". Maciel destacou que dom Basílio Penido foi abade do mosteiro de Olinda e responsável pela criação de vários mosteiros no Brasil, entre os quais o de Brasília.

De acordo com Maciel, o monge, além de importante religioso, foi grande intelectual, conhecendo muitos dos pensadores do século 20.



Marco Maciel destaca obra do monge

Valadares homenageia Eribaldo Vieira

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) homenageou ontem o centenário de nascimento do ex-senador Eribaldo Dantas Vieira.



Valadares lembra feitos do ex-senador

Valadares apresentou requerimento, aprovado pelo Plenário, de voto de louvor a ser enviado à família do ex-senador e à Assembleia Legislativa sergipana.

O senador ressaltou momentos da vida política de Eribaldo, como durante a Assembleia Constituinte de 1946, quando o parlamentar apresentou emenda que garantiu aos Legislativos e aos tribunais recursos do Orçamento da União.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes.
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Júnia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellano
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Agenda



MPs aguardam consenso para votação

O Plenário do Senado faz hoje, a partir das 14h30, a segunda sessão de discussão das duas medidas provisórias (MPs) que, por falta de entendimento entre as lideranças, não foram votadas na sessão de ontem. As MPs tratam da repactuação e alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural e da abertura de crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente, da Defesa e da Integração Nacional.

Senado comemora o Dia Mundial do Meio Ambiente

Por iniciativa do senador Sibá Machado (PT-AC), a sessão de hoje também vai comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente. O senador

exerce o mandato na condição de suplente da senadora Marina Silva, que assumiu o Ministério do Meio Ambiente.

Sarney recebe hoje o presidente do Banco do Brasil

O presidente do Senado, José Sarney, recebe, às 8h30, para o café da manhã, o presidente do Banco do Brasil, Cássio Casseb Lima.

No gabinete da Presidência, Sarney também recebe em audiência Ubiratan Araújo, presidente da Fundação Palmares, às 10h, e Luiz Fernando

Zakarewicz, da Sociedade Internacional de Criminologia, às 11h. Às 12h, o presidente do Senado se reúne com o governador de Sergipe, João Alves.

Osmar Dias coordena debate sobre o Legislativo na educação

O senador Osmar Dias (PDT-PR), presidente da Comissão de Educação no Senado Federal, é o moderador no debate que vai discutir "O papel do Legislativo na elaboração e aprovação



dos Planos de Educação", com início às 14h30, na Câmara dos Deputados. O encontro é parte do seminário sobre educação e o compromisso do Legislativo, com início às 9h.

Regras partidárias e eleitorais em discussão

Amanhã é o último dia do seminário sobre reforma política, em comemoração aos 180 anos do Poder Legislativo no Brasil. Hoje, das 14h às 19h, o senador Hélio Costa (PMDB-MG) preside a mesa-redonda que deve discutir regras eleitorais. Amanhã, no mesmo horário, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) - foto - preside o debate que deve tratar, entre outros assuntos, de sistema partidário.



Indicado ao TST é sabatinado

Os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) se reúnem, a partir das 10h, para sabatar Lélcio Bentes Corrêa, subprocurador-geral do Trabalho, indicado para assumir o cargo de ministro togado no Tribunal Superior do Trabalho (TST), em decorrência da aposentadoria do ministro Wagner Pimenta. A votação é secreta.

Audiência sobre doença renal

Em reunião às 19h, a Subcomissão Temporária da Saúde promove audiência pública para discutir assistência médica aos pacientes renais crônicos. Entre os convidados estão José Carlos Maciel, da Associação dos Pacientes Renais Crônicos de Pernambuco, João Egidio Romão Filho, da Sociedade Brasileira de Nefrologia, e Jorge Solla, secretário do Ministério da Saúde.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



BENEFÍCIO. Emenda de Heloísa Helena inclui produtor rural que deve até R\$ 35 mil

Dívida de agricultores na pauta de hoje

Sem consenso entre os líderes, não foi votado ontem o projeto de lei de conversão (PLV) que trata da repactuação e do alongamento de dívidas oriundas de operação de crédito rural. O projeto resultou de alterações introduzidas pela Câmara na Medida Provisória nº 114, de 2003.

O presidente do Senado, José Sarney, anunciou em Plenário que, sem o acordo, a pauta de matérias para serem votadas ficaria trancada, motivo pelo qual não houve outras votações. O presidente lembrou a nova forma de exame para medidas provisórias e projetos de lei de conversão no Senado, pela qual há prazo de duas sessões deliberativas para que as lideranças partidárias cheguem a consenso. Sarney informou que hoje transcorre a segunda sessão e, sem o acordo, a matéria será votada amanhã.

Ampliação

O PLV contempla produtores rurais com dívidas de até R\$ 15 mil, mas PMDB, PFL e PSDB querem estender os benefícios para as dívidas de até R\$ 35 mil. Assim, seriam contemplados mais 26 mil produtores, que devem hoje, no total, cerca de R\$ 770 milhões. O governo argumenta que a inclusão geraria custo de R\$ 139 milhões para o Tesouro Nacional.

A emenda para a inclusão de mais agricultores foi apresentada pela senadora Heloísa Helena (PT-AL). A bancada governista, no entanto, quer votar o PLV como foi aprovado pela Câmara. Os parlamentares da base do governo argumentam que, com a alteração, o projeto retornaria ao exame dos deputados, o que pode atrasar em até um mês o início do plano de safra deste ano.

Paim estranha atitude de Berzoini

Ministro não recebe senador, que entrega a assessores proposta de reforma da Previdência

O senador Paulo Paim (PT-RS), vice-presidente do Senado, lamentou em Plenário que o ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, não o tenha recebido ontem para discutir uma proposta alternativa para a reforma previdenciária. O senador foi recebido por técnicos do ministério, mas no final o chefe de gabinete informou que Berzoini não iria recebê-lo.

– Eu não fui ao Ministério da Previdência de atrevimento e nem me convidei. Foi o ministro quem marcou o encontro.



DESABAFO. “Não digam depois que não temos propostas alternativas”, afirma Paim

Fiquei perplexo com a atitude política do ministro. Não digam depois que não temos propostas alternativas para a reforma da Previdência – desabafou.

O vice-presidente do Senado

informou que apresentou suas sugestões aos técnicos do ministério, à espera do encontro com o ministro. Todas elas buscam reduzir o “grande impacto” que a proposta apresentada pelo Palácio do Planalto, e em discussão na Câmara, provoca sobre as aposentadorias dos atuais funcionários públicos federais, estaduais e municipais.

– O ministro poderia ter me recebido pelo menos para dizer que estudaria nossas sugestões. Mas ele preferiu não nos receber – disse.

Paulo Paim esteve no ministério

no final da manhã acompanhado de três especialistas em previdência, um deles consultor da área no Senado. O parlamentar afirmou que estava “disposto ao bom debate” com o ministro, ponderando que nunca deixou de receber, no exercício da Presidência do Senado (nas ausências do presidente José Sarney), qualquer pessoa com alguma sugestão, mesmo que elas contrariassem suas idéias.

– Não fica aqui nenhuma crítica pessoal. Faço apenas uma análise política. Que no andamento das reformas prevaleça o diálogo, o bom senso, a diplomacia e a elegância. Lamento a posição do ministro. Não está à altura da boa convivência entre Legislativo e Executivo.



CIDADANIA. Pavan diz que opção de não votar afasta mais humildes do processo político

Pavan quer manter voto obrigatório

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) declarou-se ontem radicalmente contrário ao projeto que torna o voto facultativo no país. Para ele, a opção por não votar alijaria os cidadãos mais humildes do processo político e fortaleceria o poder dos grandes grupos e empresas para eleger candidatos.

Segundo Pavan, o brasileiro precisa perder a postura de colonizado, sempre acreditando que o que existe no estrangeiro é melhor. Em 1934, afirmou o senador, quando o voto se tornou obrigatório no Brasil, milhões de brasileiros tornaram-se cidadãos, levados a se interessar pelas eleições.

Borges propõe reforma tributária “profunda”

O senador César Borges (PFL-BA) defendeu ontem a realização de uma profunda reforma tributária. Segundo ele, “o projeto de reforma tributária enviado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional é, na realidade, uma grande frustração”. O senador lembrou

que a carga tributária brasileira atingiu, no primeiro quadrimestre do ano, 41,2% do Produto Interno Bruto (PIB). Segundo ele, o sistema tributário brasileiro é o principal elemento do custo Brasil, com mais de 50 tributos,

entre impostos, taxas e contribuições.

– As mudanças sugeridas pelo governo não reduzem a carga nem o número de tributos, concentram na União o poder de tributar, além de manter os gravames que oneram nossa produção – observou o parlamentar, lembrando que o projeto foi analisado em Plenário “de forma lúcida e corajosa” pelo senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA).

César Borges reclamou ainda que a proposta “decreta o fim da única política de desenvolvimento regional deste país”: a concessão de incentivos fiscais pelos estados menos favoreci-

dos, pejorativamente apelada de “guerra fiscal”.

O senador explicou que a proposta do governo para a reforma tributária institui a criação de um fundo com receita de 2% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), destinado a incentivar investimentos nas regiões mais pobres, cerca de R\$ 2 bilhões para este ano. Esse fundo, de acordo com César Borges, foi um recuo do governo na sua proposta original, que

previa a transformação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que seria cobrado no destino, desonerando a produção. Para o senador, o fundo “não resolve o problema das regiões menos desenvolvidas”.

– Temo que estejamos perdendo uma chance preciosa para mudar os rumos deste país. Esta é uma ocasião ideal para realizar uma verdadeira e profunda reforma.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que a concessão de benefícios para atrair empresas não é “guerra fiscal”, mas “guerra santa”.



ADVERTÊNCIA. César Borges teme que o Brasil perca chance de mudar rumos



CRESCIMENTO. Sarney e Valmir Campelo (ao centro) ressaltam que convênio ajuda a capacitar servidores dos dois órgãos

Senado assina acordo de cooperação com TCU

O presidente do Senado, José Sarney, e o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Valmir Campelo, assinaram ontem acordo de cooperação destinado a promover intercâmbio técnico, científico e cultural entre as duas instituições. O documento foi assinado no edifício-sede do TCU.

Sarney disse que o objetivo da iniciativa é capacitar os servidores dos dois órgãos a melhor servirem o povo brasileiro. Pelo acordo, os funcionários e ministros do TCU poderão fazer cursos no Instituto Legislativo Brasileiro e na Universidade do Legislativo. Da mesma forma, senadores e servidores do Senado poderão participar dos cursos do Instituto Serzedello Corrêa, do TCU.

O convênio prevê a realização conjunta de projetos e pesquisas científicas com o pessoal das duas instituições, assim como a realização de simpósios e conferências de interesse do Senado e do TCU. Sarney também disse

que o acordo vai criar oportunidades de crescimento para os servidores dos dois órgãos, o que terá reflexos positivos no trabalho desenvolvido pelo Senado e pelo TCU.

– Dessa maneira, nós podemos treinar funcionários do Tribunal de Contas e o Tribunal de Contas poderá treinar os nossos funcionários, e nós colocaremos à disposição de um órgão e do outro tudo aquilo que nós temos para que eles possam, cada vez mais capacitados, servir ao povo brasileiro.

Valmir Campelo também sublinhou o significado do convênio, que “vai propiciar que o TCU exerça um trabalho educativo para facilitar o trabalho de todos os gestores públicos deste país”. Estavam presentes à solenidade todos os ministros e auditores do TCU, além do 1º secretário do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP). De imediato, o Senado colocará à disposição do TCU cursos a distância, destinados aos servidores que trabalham nas delegacias regionais.



AJUSTE. Pedro Simon observa que aumentou a expectativa de vida da população

Proposta altera aposentadoria compulsória

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) apresentou proposta de emenda à Constituição (PEC) passando de 70 para 75 anos o limite de idade para a aposentadoria compulsória do servidor público. A proposta altera também o limite de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais, que passaria de 65 para 70 anos. A PEC está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Simon argumenta que a expectativa de vida da população tem aumentado significativamente. A alteração proposta é uma forma de ajustar a Constituição à nova realidade brasileira, segundo o senador.



Roosevelt Pinheiro

IMPORTÂNCIA. Iris disse que agricultura familiar responde por 60% da mão-de-obra rural

Iris defende renegociação com agricultor

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) defendeu a ampliação do limite, de R\$ 15 mil para R\$ 35 mil, no alongamento de dívidas de pequenos produtores, oriundas de operações de crédito rural. Projeto de lei de conversão definindo o limite de R\$ 15 mil para a repactuação desses débitos está na pauta do Senado. O aumento do limite, defendido por Iris, foi sugerido em emenda da senadora Heloísa Helena (PT-AL).

– Quando penso nas poderosas empresas multinacionais ou nacionais que, de alguma forma, estão em débito com o Estado, a dívida dos nossos pequenos produtores rurais me parece de extrema modéstia: são candidatos ao benefício apenas os que devem até o limite de R\$ 35 mil. É um limite bem modesto diante da importância da agricultura familiar no Brasil – afirmou Iris.

Citando dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), ela informou que 35% da produção nacional é de responsabilidade dos pequenos agricultores, que geram 13,7 milhões de postos de trabalho (mais de 60% da mão-de-obra no campo).

Virgílio teme estagnação se taxa de juros não cair

■ Para senador, governo precisa confiar mais nos bons indicadores internacionais e nacionais da economia

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse ontem que o governo precisa diminuir a taxa de juros o quanto antes, sob pena de agravar a estagnação da economia. Para ele, se o governo insistir em manter os juros em patamares elevados, como os atuais 26,5% ao ano, o país corre o risco de entrar em período de profunda recessão.

– Se persistirem no excessivo conservadorismo, o Banco Central e o Ministério da Fazenda perderão a chance de dar grande salto que reanimaria a economia. Poderão ser responsáveis por uma recessão que não se sabe o preço social



Roosevelt Pinheiro

PROPOSTA. Arthur Virgílio acha que taxa básica de juros poderia cair para pelo menos 24%

para sairmos dela – afirmou o líder do PSDB.

Na avaliação de Virgílio, há indicadores econômicos internacionais e nacionais que sustentam a mudança no tratamento da taxa de juros. Além da paralisação da economia, o senador argumentou que o ris-

co Brasil se encontra em patamares reduzidos (800 pontos) e a inflação em queda, sob qualquer ângulo de análise.

– Os juros americanos estão em 1,25% ao ano. Mais os oito pontos referentes ao risco Brasil e uma inflação de 12% ao ano chegaríamos a um número de 21,25%. Não estou pensando que se desça tão abruptamente, mas que o governo tenha confiança no trabalho que está fazendo – declarou Virgílio.

O senador havia defendido, antes da última reunião do Comitê de Política Monetária, a redução da taxa Selic para 25%, o que permitiria, segundo ele, uma queda para 24%, a ser feita agora, e a economia poderia ser reativada.

– Se ele (*governo*) insiste no remédio (*os juros altos*), vai ver o feitiço virar contra o feiticeiro – disse.



Roosevelt Pinheiro

TAXAÇÃO. Para Jefferson, idéia foi desconsiderada por trazer “contradição insanável”

Jefferson acha “pífia” proposta de Lula ao G-8

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) lamentou ontem, e classificou como “pífia”, a proposta que o presidente Lula da Silva fez aos oito países mais desenvolvidos do mundo (o chamado G-8), de criação de um fundo destinado a combater a fome no mundo com recursos provenientes de uma taxa sobre a indústria bélica.

– A proposta tem um problema de natureza ética, traz uma contradição insanável e, por isso, caiu no vazio. Não foi mencionada no comunicado final do encontro do G-8 na Suíça e foi criticada pelo presidente da África do Sul e pelo representante do Movimento Antiglobalização, porque a proposta busca combater a pobreza com recursos de uma indústria mortífera e condenável – declarou.

A proposta de Lula, afirmou Jefferson Péres, cria para a indústria bélica uma justificativa moral para produzir mais e mais armas, pois estaria contribuindo para o combate à fome e à miséria. Na avaliação do senador, o presidente “perdeu uma oportunidade de ouro para apresentar uma proposta realmente viável”.

Aelton rechaça críticas ao vice-presidente

Em nome da liderança de seu partido, o senador Aelton Freitas (PL-MG) defendeu o vice-presidente da República, José Alencar, das críticas do líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), que classificou as declarações de Alencar sobre as altas taxas de juros como “abiloladas”.

– Todos os que estiveram presentes nesta Casa, nos últimos quatro anos, têm plena consciência de que as críticas do vice-presidente não são de caráter oportunista e muito menos “abiloladas” – disse o senador, que defendeu a postura moral do vice-presidente.



Roosevelt Pinheiro

DEFESA. Aelton garantiu que declarações de José Alencar nada têm de oportunistas

No mesmo discurso, Aelton Freitas também alertou o país para os números publicados no último domingo pelo jornal *Folha de S. Paulo* sobre a tragé-

dia urbana do trânsito. O custo anual da violência nas ruas do país, segundo a reportagem, é de mais de R\$ 5 bilhões, devido ao atendimento de ocorrências policiais, tratamento médico, consertos de veículos e afastamento temporário do trabalho dos acidentados.

Ainda citando números da *Folha*, o senador Aelton Freitas disse que, em 49 aglomerações urbanas consideradas pela pesquisa, aproximadamente 640 mil veículos e 1 milhão de pessoas se envolvem anualmente em acidentes, resultando em quase 17 milhões de dias de trabalho perdidos.

Roque de Sá



SUGESTÃO. Suplicy propõe adoção de renda mínima no Iraque

Sérgio Vieira de Mello promete comparecer a audiência na CRE

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Eduardo Suplicy (PT-SP), informou ao Plenário do Senado que recebeu resposta à carta aberta que enviou, como presidente da CRE, ao alto comissário das Nações Unidas para Direitos Humanos e representante especial da ONU no processo de reconstrução do Iraque, embaixador Sérgio Vieira de Mello. O diplomata brasileiro prometeu apresentar aos responsáveis pela administração do Iraque a proposta, apresentada por Suplicy, de implantação de um programa de

renda mínima no país ocupado.

“Tomei boa nota de sua sugestão de transpor para o Iraque o exemplo da experiência do Alasca, a qual levarei à consideração das instâncias decisórias que presentemente administram o Iraque”, disse Sérgio Vieira de Mello, na resposta datada de 30 de maio. Em sua carta aberta, de 26 de maio, Suplicy explicou a experiência do Alasca, cumprimentou o embaixador pela nova missão e convidou-o a comparecer à Comissão de Relações Exteriores para debater a situação do Iraque.

Ao justificar o convite, o senador

do PT de São Paulo afirmou que o representante da ONU “terá papel relevante na reconstrução do Iraque e na ajuda ao desenvolvimento das instituições democráticas que possam significar novas esperanças para a população daquela nação”. Em sua resposta, Sérgio Vieira de Mello se comprometeu a comparecer à CRE logo que os compromissos no Iraque permitam.

Suplicy explicou que o ex-prefeito e depois ex-governador Jay Hammond criou no Alasca, primeiro em uma pequena cidade, um fundo formado por 3% sobre os lucros

da pesca para distribuir renda aos setores pobres da população de sua cidade. Eleito governador, separou 50% dos *royalties* sobre o petróleo extraído no Alasca para formar um fundo, o Fundo Permanente do Alasca, que passaria a atender à população carente de todo o estado.

– Este é um exemplo para todas as nações do mundo e é especialmente válido para países como o Brasil e a África do Sul, que têm grande necessidade de erradicar a pobreza e melhorar a distribuição de renda – afirmou.

Moradia de policial deve ter subsídio, diz Renan

O líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), defendeu ontem a aprovação de projeto de sua autoria criando um programa de subsídio habitacional para os policiais civis e militares. Ele explicou que a idéia é melhorar as condições de moradia dos policiais, que chegam a esconder sua profissão

quando moram em favelas, com medo de represálias.

Renan lembrou que o Ministério das Cidades conta com recursos da ordem de R\$ 350 milhões anuais para financiar moradias para populações carentes e considerou razoável um subsídio da ordem de R\$ 250 milhões para cuidar da moradia dos policiais, que somam um contingen-

te de 250 mil em todo o país. De acordo com o senador, seria possível alocar subsídios de R\$ 10 mil por família, sendo atendidos a cada ano 25 mil policiais.

Armas

Renan anunciou ainda a realização hoje, em Brasília, de uma marcha silenciosa para chamar a atenção para a banalização do uso das

armas de fogo. Ele informou que 200 pessoas dos grupos Instituto Sou da Paz de São Paulo e Convivi, do Distrito Federal, apresentarão ao Congresso Nacional 600 pares de calçados de vítimas de armas de fogo, recolhidos nos dois estados. O senador lembrou ter reapresentado projeto que proíbe a venda e o uso de armas no território nacional.



BENEFÍCIO. Renan calcula que seja possível atender a 25 mil policiais por ano



OCUPAÇÃO. Demostenes destaca atividade de 500 mil motoboys e mototaxistas

Demostenes apóia projeto sobre motoboy

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) apelou ontem à Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados para que “desengavete” projeto do então senador Mauro Miranda, já aprovado pelo Senado, que regulamenta as profissões de motoboy e mototaxista.

– Atualmente, os trabalhadores desse nicho já são 500 mil no país, facilitando a vida de milhões de pessoas – afirmou.

Com base em dados da federação da categoria, Demostenes disse que o preço médio de cada moto é de R\$ 4 mil, “significando ocupação fixa com pouco investimento, pois cada veículo proporciona duas vagas de trabalho”. Para o senador, os motoboys e mototaxistas podem não ser a solução definitiva para a superlotação do transporte de massa e o desordenamento do trânsito, mas conseguem amenizá-los.

– Robson Alves, presidente do SindMoto e da federação nacional, informa que o rendimento médio é de R\$ 1,2 mil por mês. Dificilmente haveria meio milhão de empregos com salário igual – assinalou.

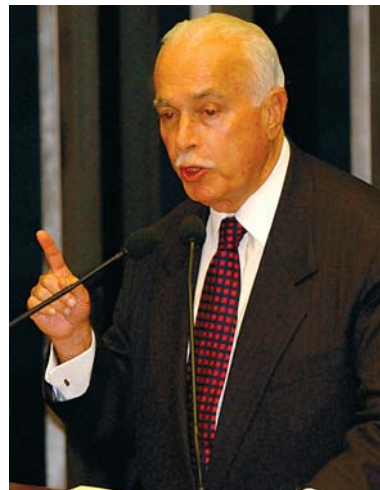
Mão Santa (PMDB-PI) concordou que é importante regulamentar essas profissões. Romeu Tuma (PFL-SP) disse que o tema tem sido também uma de suas preocupações.

ACM quer ação das Forças Armadas contra o crime

■ Senador sugere que governo e militares comecem a repensar o papel do Exército, Marinha e Aeronáutica

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) defendeu a presença das Forças Armadas no combate ao crime, sobretudo ao crime organizado. Para isso, sugeriu que o governo federal, em conjunto com os militares, comece a repensar o papel do Exército, Marinha e Aeronáutica. Ele acrescentou que a população está de acordo com essa proposta e citou resultado de pesquisa que teria apontado um total superior a 80% favorável à idéia.

– O presidente Lula afirmou que um recruta não está preparado para lutar contra um exército de malfeitores. Mas ninguém está pedindo isso. O que se deseja é que se preparem os que estiverem ingressando no Exército, e os que nele já atuam, para o combate ao crime. E com isso, tenho certeza, o



APOIO. Antonio Carlos cita pesquisa favorável à presença dos militares na luta contra o crime

presidente Lula está de acordo – disse Antonio Carlos.

Na avaliação do senador, a pobreza, a impunidade e a convivência com o crime, inclusive de policiais, são responsáveis pela violência. Ele ainda citou como causas a falta de efetivo, de treinamento e de equipamentos das forças policiais.

A posição de Antonio Carlos foi apoiada por diversos senadores. Paulo Octávio (PFL-DF)

sugeriu o aprofundamento dos estudos nesse sentido. Edison Lobão (PFL-MA) propôs que parte dos recursos que o governo vai liberar para as polícias estaduais seja direcionada às Forças Armadas. Mão Santa (PMDB-PI) frisou que a polícia militar deve receber auxílio das Forças Armadas. Já Rodolpho Tourinho (PFL-BA) lembrou que na implantação do Tolerância Zero, em Nova York, também não houve unanimidade, e, ao final, o plano conseguiu diminuir a violência.

Conforme César Borges (PFL-BA), é necessário um entendimento para que as Forças Armadas atuem no combate ao crime. Demostenes Torres (PFL-GO) falou da necessidade de melhorar a organização policial, agilizar o trabalho do Judiciário, moralizar o sistema penitenciário e aprovar penas diferenciadas para o crime organizado. Único a discordar da proposta, Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que não está convencido de que as Forças Armadas possam atuar diretamente no combate ao crime organizado.

Ana Júlia sugere mudanças em fundo

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) defendeu ontem a definição de um percentual do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) para destinação específica a pequenas e médias empresas, via agências de fomento estaduais. Ela explicou que a medida tem como objetivo fortalecer as empresas que mais geram empregos.

Outra proposta apresentada pela senadora do Pará foi a flexibilização da exigência da contrapartida de estados e municípios para as liberações de recursos superiores a 10% do FDA. Segundo a senadora, muitas vezes são justamente os



DEMORA. Ana Júlia aponta falta de agilidade na reestruturação da Sudam

municípios e estados mais pobres que mais necessitam de um volume de recursos maior.

Ana Júlia criticou a falta de

agilidade na reestruturação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), iniciada no governo passado, após a constatação de desvio de recursos. Ela comentou que a lentidão está gerando prejuízos incalculáveis para as Regiões Norte e Nordeste.

Em aparte, o senador João Capiberibe (PSB-AP) registrou que, além do desvio de recursos, muitos projetos financiados não têm relação com as regiões beneficiadas. Ele citou como exemplo o financiamento de um ranário no Pará.



RESPOSTA. Para Hélio Costa, “a morte de Tim Lopes não pode ser e não será em vão”

Hélio Costa lembra exemplo de Tim Lopes

O jornalista Tim Lopes, torturado e assassinado há um ano por traficantes no Rio de Janeiro, foi homenageado ontem em discurso do senador Hélio Costa (PMDB-MG). Depois de lembrar as circunstâncias do crime que vitimou o repórter da Rede Globo, Hélio Costa chamou atenção para o exemplo deixado por Tim Lopes para uma sociedade que precisa combater a violência.

– Tim Lopes representa o melhor da sociedade. Um homem que agiu de forma pacífica e com coragem contra a violência que massacrava a Cidade Maravilhosa e chocava diariamente todos os brasileiros. Era um exemplo de profissional, de cidadão – frisou.

Hélio Costa disse que o traficante Elias Maluco, responsabilizado pela morte do jornalista, só foi preso graças à pressão da imprensa e da sociedade, o que representa mais um exemplo deixado por Tim.

– A morte de Tim Lopes não pode ser e não será em vão. Se a sociedade e a imprensa não reagirem, os criminosos vencerão – afirmou.

Associaram-se à homenagem Leomar Quintanilha (PFL-TO), Mão Santa (PMDB-PI), Leonel Pavan (PSDB-SC) e Romeu Tuma (PFL-SP), que presidia a sessão no momento do pronunciamento.



PREOCUPAÇÃO. Paulo Octávio é autor do requerimento para discutir as ocupações

Comissão debaterá loteamentos irregulares no DF

A situação dos condomínios situados em terras públicas no Distrito Federal será discutida pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O objetivo é apresentar solução para o problema, de forma a proteger as pessoas que, de boa-fé, adquiriram lotes e impedir novas ocupações irregulares, em de-

trimento do interesse público.

A decisão foi tomada ontem após a CAE aprovar, por unanimidade, requerimento do senador Paulo Octávio (PFL-DF). Segundo o parlamentar, a multiplicação de loteamentos em terras públicas do DF tem sido objeto de preocupação das autoridades locais e das federais.

Serão convidados para discutir o tema, em data ainda a ser marcada, o presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, Natanael Caetano; o presidente do Tribunal de Contas do DF, Manoel de Andrade; o procurador-geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), Lucas

Rocha Furtado; o procurador-geral de Justiça do DF, Eduardo Sabo; o presidente da Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap), Eri Varela; o secretário de Patrimônio da União, Pedro Celso; o gerente regional do Ibama, Francisco Viana Palhares; entre outros.

Lista de serviços que pagam ISS deve aumentar

Projeto aprovado ontem pela CAE atualiza a legislação do Imposto sobre Serviços

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer favorável a projeto que atualiza a legislação do Imposto sobre Serviços (ISS), aumentando de 102 para 251 a listagem de serviços que poderão ser tributados pelos municípios. A proposta segue agora para ser votada em regime de urgência pelo Plenário do Senado.

Segundo o relator da matéria, senador Romero Jucá (PMDB-RR), o projeto, de autoria do en-



AJUDA. Romero Jucá, relator do projeto na comissão, considera que a medida fortalecerá as finanças públicas municipais

tao senador Fernando Henrique Cardoso, tem por objetivo fortalecer as finanças públicas municipais. O economista João Sayad, ex-secretário de Fazen-

da da Prefeitura de São Paulo, que estava presente à reunião da CAE, disse que o grande mérito da proposta é atualizar o ISS, e não o de provocar mais

arrecadação.

O projeto, que recebeu substitutivo na Câmara dos Deputados, disciplina as normas relativas ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). Jucá acredita que o ISSQN poderá se constituir, em curto espaço de tempo, em "poderoso instrumento" para o equilíbrio das contas municipais. Para ele, o tributo, se bem administrado, deixará para trás a receita de impostos como o de importação e o de produtos industrializados.

Carga tributária

O presidente em exercício da CAE, senador Paulo Octávio (PFL-DF), e o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) manifestaram-se contrários ao projeto. Conforme disseram, a proposta aumentará a carga tribu-

tária. Já o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), por sua vez, previu que o projeto poderá retirar das prefeituras até 40% do volume de recursos arrecadados. Já o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), assegurou que o projeto irá preservar tanto os interesses dos estados quanto os dos municípios.

O projeto aprovado pela comissão determina que o imposto também incidirá sobre o serviço proveniente do exterior, ou cuja prestação tenha se iniciado fora do país.

O tributo deverá também ser cobrado dos serviços públicos explorados mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

Recife terá empréstimo de US\$ 46 milhões

Com base em relatório do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deu parecer favorável à solicitação do governo federal para contratar crédito externo de US\$ 46 milhões no Banco Mundial. Os recursos devem financiar o Programa de Infra-Estrutura em Áreas de Baixa Renda da Região Metropolitana do Recife. O projeto de resolução que integra o parecer segue para o Plenário do Senado, com requerimento de urgência.

Garibaldi ressaltou que o programa terá um custo total de US\$ 84 milhões, cabendo ao governo estadual uma contrapartida de US\$ 21 milhões, complementada por US\$ 13,5 milhões da Prefeitura de Recife e US\$ 3,5 milhões da Prefeitura de Olinda.

Aprovados nomes de diretores para o BC

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) sabinou e aprovou na noite de ontem os novos diretores de Política Econômica do Banco Central, Afonso Sant'Anna Bevilaqua, e de Estudos Especiais, Eduardo Henrique de Mello Motta Loyo. Eles defenderam a política de controlar a inflação por meio de juros elevados, para depois promover o crescimento econômico. A reunião foi presidida pelo senador Paulo Octávio (PFL-DF).

Eduardo Loyo, cuja indicação foi relatada pelo senador Fernando Bezerra (PTB-RN), afirmou que, nos últimos anos, o mundo mudou a forma de combater a inflação e sustentar o crescimento.

Afonso Bevilaqua, que teve a indicação relatada pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO), admitiu que os indicadores de inflação dos últimos dias abrem caminho para que seja repensado o debate sobre juros.

A redução dos juros foi a tô-



INDICAÇÕES. Afonso Bevilaqua (E)deverá ser diretor de Política Econômica, e Eduardo Loyo irá para a Diretoria de Estudos Especiais

nica da discussão. Fernando Bezerra disse que o BC tem de agir contra os juros praticados pelos bancos. Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo no Senado, defendeu a tese de que é questionável o uso de juro alto na quebra da inércia inflacionária.

César Borges (PFL-BA) e Rodolpho Tourinho (PFL-BA) perguntaram até onde o governo pretende manter a "estagnação econômica", o desem-



prego e os juros altos para combater a inflação.

Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu a idéia de que as reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom) sejam transmitidas pela televisão. Eduardo Azeredo (PSDB-MG) observou que os "números bons" da economia ou resultam da política do governo passado, ou apenas retornam à situação anterior "ao medo da eleição" do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

CAE amplia limite de dívida da Transpetro

Foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) relatório do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) favorável ao projeto de resolução que prorroga o prazo concedido no ano de 2001 pelo Senado à Petrobras Transportes (Transpetro) para financiar a aquisição de navios junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A proposta, de autoria do senador Roberto Saturnino (PT-RJ), aumenta o limite de endividamento da empresa e reajusta o valor para contratação de financiamento, tendo em vista a desvalorização do real frente ao dólar.

A matéria segue agora para análise do Plenário do Senado, com requerimento de urgência.

ALMEIDA LIMA



O processo de escolha do local da refinaria deve ser transparente, resguardando o interesse nacional

CÉSAR BORGES



A vontade política deve se impor aos critérios frios, apenas técnicos, de mercado. O governo precisa primar pelo social

MÃO SANTA



O Piauí faz divisa com grande número de estados nordestinos e tem todas as condições de sediar a refinaria

VALADARES



Em Sergipe, a Petrobras é responsável inclusive pela infra-estrutura logística, importante também para a refinaria

EDUARDO SUPLICY



Parte dos rendimentos obtidos com o petróleo poderia ser usada para a melhoria da renda da população

EDUARDO AZEREDO



A refinaria no Nordeste seria importante ferramenta de integração, ajudando no combate às desigualdades regionais

MARCELO CRIVELLA



É preciso ter todo o cuidado na escolha da parceria para a construção da refinaria de petróleo

RODOLPHO TOURINHO



O Brasil jamais poderá ter um pólo petroquímico forte, caso continue a importar nafta

Local da nova refinaria terá decisão política

“Projeto tem um valor maior que as considerações técnicas e econômicas”, afirma Dilma Rousseff na CAE

A ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, afirmou ontem, durante audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que os investimentos para a construção de uma nova refinaria de petróleo no país, estimados em US\$ 2,8 bilhões, terão que obedecer a critérios técnicos e econômicos, mas que a decisão sobre o local para construção da refinaria faz parte de projeto de desenvolvimento regional do governo federal.

– Um projeto de refinaria tem valor maior que as considerações técnicas e econômicas. Haverá necessariamente uma decisão política do governo quanto à localização, escorada também em critérios técnicos – disse a ministra.

Dilma declarou que o país precisará construir a refinaria



DEFINIÇÃO. Dilma (com Paulo Octávio e Almeida Lima) diz que localização da refinaria integra projeto de desenvolvimento regional

e promover a ampliação e modernização de uma unidade já existente. O Nordeste, acrescentou, tem vantagens para sediar a nova refinaria. De acordo com a ministra, o governo está alerta para a demanda da região e levará em conta a distribuição de renda no país.

Ceará, Pernambuco, Piauí, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Santa Catarina, além dos estados do Centro-Oeste, são candidatos a receber o investimento.

A ministra informou que, somente na construção, a refinaria vai gerar 4 mil empregos diretos e 10 mil indiretos e, depois de inaugurada, será responsável por cerca de 2 mil empregos. Ela destacou ainda que uma obra de grande porte como essa não pode ser feita sem considerar o retorno financeiro já que, apesar de contar com a Petrobras como acionista, haverá influência de investidores privados dispostos a participar do projeto.

Sibá defende utilização do biodiesel

O senador Sibá Machado (PT-AC) disse ontem que pretende convidar a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, para audiência pública sobre a viabilidade da utilização do biodiesel (mistura de óleos naturais com etanol) nas Regiões Norte e Nordeste.

O senador manifestou sua insatisfação com o “esquecimento” a que foram relegadas as pesquisas realizadas pelo professor Expedito Parente, da Universidade Federal do Ceará (UFC), com o biodiesel.

– Enquanto o Brasil ignora os benefícios da substituição do óleo diesel pelo novo produto, países como Estados Unidos, França e Alemanha, valendo-se das pesquisas do professor da UFC, estão dispostos a adotá-lo – observou.

Conforme Sibá, o professor Parente fez uma exposição sobre as vantagens do biodiesel, na Universidade Federal do Acre, que o deixou convencido quanto à viabilidade da sua utilização em larga escala.

Sibá também alertou para a atitude de “alguns” que, prevendo o futuro do biodiesel no Brasil, apresentaram projeto estabelecendo que apenas a soja e a cana-de-açúcar possam ser utilizadas como fonte vegetal para sua obtenção.



Sibá pretende ouvir ministra sobre o biodiesel

Videoconferência explica o PPA

A Comissão Mista de Orçamentos promoveu ontem uma palestra com o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega. Ele falou sobre a orientação estratégica do Plano Plurianual (PPA) para o período de 2004 a 2007 e sobre a metodologia de consulta à sociedade e ao Parlamento na elaboração da proposta. A palestra foi realizada no auditório do Interlegis e transmitida para as assembleias legislativas estaduais e a Câmara Legislativa do Distrito Federal através do sistema de videoconferência.

O líder do governo no Con-

gresso, senador Amir Lando (PMDB-RO), ressaltou, durante a videoconferência realizada no auditório do Interlegis, que o debate sobre o Plano Plurianual referente a 2004-2007 permite ao país “o resgate do planejamento”.

O ministro Guido Mantega reiterou que o desenvolvimento regional brasileiro será “sustentado e sustentável”. Segundo ele, “só agora” o Brasil terá um verdadeiro plano de desenvolvimento. O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) também esteve presente ao debate no Interlegis.

Metas fiscais

Na próxima terça-feira, às 15h, a Comissão Mista de Orçamento, presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), promoverá audiência pública com o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, e com o secretário de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Bernardo de Azevedo Bringel.

Na audiência, devem ser debatidas as metas fiscais referentes ao primeiro quadrimestre deste ano, conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal.



PÚBLICO AMPLIADO. Palestra de Mantega foi transmitida para as assembleias legislativas e a Câmara Legislativa do DF



Rosairell Pinheiro

VONTADE POLÍTICA. Valdir Raupp cobra investimentos para combater desemprego

Rondônia está livre da aftosa, anuncia Raupp

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) destacou, ontem, a decisão da Organização Internacional de Epizootias (OIE) de considerar Rondônia como área livre da febre aftosa. Ele disse que a medida deve melhorar o preço de venda do gado bovino do estado e abrir novas oportunidades de exportação.

Raupp também defendeu o fim das barreiras fiscais que impedem a instalação de agroindústrias no estado.

– Não basta produzir soja; é preciso transformá-la em óleo, farelo e outros subprodutos. Da mesma forma, não adianta apenas criar boi; é preciso haver fábricas de processamento do leite, do couro e da carne – observou.

Para viabilizar a cadeia de agronegócios, são necessárias políticas de subsídio e incentivo à instalação dessas indústrias, explicou o senador. Segundo afirmou, no combate ao desemprego são imprescindíveis investimentos federais para a conclusão de grandes obras públicas, que estão paralisadas por falta de vontade política.

Valdir Raupp mencionou o projeto de um gasoduto, orçado em R\$ 900 milhões, que permitirá a criação de milhares de empregos diretos, e cuja obra está parada há anos. Esse é o caso, lembrou também, das duas usinas hidrelétricas do Rio Madeira, que poderiam gerar 7 mil megawatts, proporcionando 22 mil empregos diretos e quase 100 mil indiretos.

Ele ressaltou que, para vencer o desemprego e a violência, Rondônia precisa de recursos federais, assim como foi preciso grande investimento em tecnologia para vencer a aftosa.

Ministro quer empresas investindo em pesquisa

Roberto Amaral afirma em debate no Senado que 80% dos recursos aplicados no setor são oriundos do Estado

A pequena participação da iniciativa privada nos investimentos nacionais em pesquisa tecnológica foi um dos temas abordados pelo ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, em audiência pública realizada ontem na Comissão de Educação (CE). Ele apresentou dados que indicam forte predominância estatal nos investimentos do setor, além da dificuldade da iniciativa privada em absorver a mão-de-obra

oriunda das universidades.

– Precisamos trazer a empresa privada para o investimento em ciência e tecnologia. No Brasil, 80% dos investimentos derivam só do Estado. Nos Estados Unidos, por exemplo, entre 80% e 87% das pesquisas são feitas pelas empresas. A indústria privada absorve menos de 10% dos doutores que formamos – lamentou.

Roberto Amaral anunciou dois programas que começam a ser implementados pelo governo federal. O primeiro pretende estimular a universidade a “agregar valor” aos principais itens da pauta de exportações brasileira, a partir de tecnologia nacional. O outro programa destina-se a localizar avanços

tecnológicos já conseguidos em todo o país e que estão inviabilizados por falta de condições de produtividade.

– Pretendemos incentivar a criação de mil pequenas empresas de base tecnológica – salientou.

O ministro abordou as principais mudanças que pretende ver efetivadas até o fim do governo. Uma delas diz respeito à definição da função da ciência e tecnologia para o desenvolvimento do país.

A partir daí, será possível se promover no Brasil, segundo afirmou o ministro Roberto Amaral, um salto da exclusão para a inclusão tecnológica, e da concentração para a desconcentração.



Célio Azevedo

AUDIÊNCIA. Osmar Dias e Hélio Costa ouvem palestra de Roberto Amaral (E) na Comissão de Educação

Governo estuda solução para os transgênicos

Durante a audiência pública, o presidente da Comissão de Educação, senador Osmar Dias (PDT-PR), afirmou estar preocupado com a falta de legislação específica para os transgênicos e de proteção à biodiversidade, ante o assédio estrangeiro. O ministro explicou que o governo já prepara projeto sobre os transgênicos.

Com relação à biodiversidade, Amaral informou que a intenção do Executivo é trabalhar a partir do projeto já aprovado pelo Senado, de autoria da ministra do Meio Ambiente, a senadora licenciada Marina Silva. O senador Geraldo

Mesquita Júnior (PSB-AC) pediu que o governo procure agilizar a votação do projeto.

Osmar disse ainda que a ocupação da estação experimental da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), no Paraná, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), paralisou pesquisas importantes. E pediu ao ministro o envio de ofício aos ministérios responsáveis pela solução do problema. Amaral defendeu o diálogo com o MST como forma de se resolver o impasse.

O vice-presidente do colegiado, senador Hélio Costa

(PMDB-MG), questionou Amaral sobre o acordo firmado pelo governo anterior com os Estados Unidos para a utilização da Base de Lançamento de Alcântara (MA). O ministro disse considerar o acordo lesivo ao Brasil e que as negociações somente serão reabertas se os EUA aceitarem discutir novos termos do contrato.

Também participaram dos debates na audiência promovida pela Comissão de Educação os senadores Flávio Arns (PT-PR), Ideli Salvatti (PT-SC), João Capiberibe (PSB-AP), Rodolpho Tourinho (PFL-BA) e Aelton Freitas (PL-MG).



Célio Azevedo

FIM DE PRIVILÉGIO. Flávio Arns exige critério justo para verbas a entidade de ensino superior

Santa Catarina pleiteia nova universidade

A Comissão de Educação (CE) decidiu ontem solicitar ao Ministério da Educação estudo sobre a viabilidade de criação da Universidade Federal do Oeste Catarinense (Ufoeste). A análise foi sugerida em parecer apresentado pelo senador Leonel Pavan (PSDB-SC) a proposta do então senador Casildo Maldaner.

– Sei que a prerrogativa de criar universidades é exclusiva do presidente da República e do Ministério da Educação. Mas Santa Catarina só tem uma universidade, que fica na capital, Florianópolis. No oeste do estado há mais de 600 mil pessoas que não têm universidade federal para servi-las – afirmou.

O senador Flávio Arns (PT-PR) pediu que haja maior proporcionalidade entre os recursos que as universidades federais recebem e o número de habitantes que atendem. Para o parlamentar, há muitos estados privilegiados nessa divisão orçamentária.

Hélio Costa (PMDB-MG) propôs que, enquanto novas universidades não forem criadas, as já existentes instituem *campi* avançados. Reginaldo Duarte (PSDB-CE) afirmou estar trabalhando pela diminuição das desigualdades inter-regionais com seu apoio à criação de uma outra universidade no Ceará.

Rádios comunitárias

Na próxima reunião, o colegiado deve examinar 80 projetos de decreto legislativo que autorizam emissoras de rádio e televisão e não puderam ser votados ontem.

Duas medidas provisórias estão bloqueando a pauta do Plenário e deliberações terminativas nas comissões.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma, Heráclito Fortes e Valdir Raupp